

Maura Soares

Assunto: PARECER DO CONSELHO DE ILHA DE SÃO MIGUEL SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 64/X - PLANO ANUAL REGIONAL PARA O ANO DE 2016

Anexos: ata CI S. Miguel.pdf

De: Francisco Cesar
Enviada: 17 de novembro de 2015 20:25
Para: app <app@alra.pt>
Assunto: FW: PARECER DO CONSELHO DE ILHA DE SÃO MIGUEL SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 64/X - PLANO ANUAL REGIONAL PARA O ANO DE 2016

Ao vosso cuidado,
Cumps.

Francisco Vale César
Presidente da Comissão Parlamentar Permanente de Economia
Assembleia Legislativa da Região Autónoma do Açores
Correio Electrónico: fcesar@alra.pt
Blogue: <http://dominhaesguina.blogspot.com>
Twitter: <http://twitter.com/franciscocesar>
Facebook: <http://www.facebook.com/franciscovcesar>
Linked in: <http://pt.linkedin.com/in/franciscovcesar>



De: Albertina Oliveira [<mailto:albertina.mc.oliveira@hotmail.com>]
Enviada: 17 de novembro de 2015 17:09
Para: drepa@azores.gov.pt; Francisco Cesar <fcesar@alra.pt>
Cc: noe.vp.rodriques@gmail.com
Assunto: PARECER DO CONSELHO DE ILHA DE SÃO MIGUEL SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 64/X - PLANO ANUAL REGIONAL PARA O ANO DE 2016

Exmo. Senhor
Diretor Regional do Planeamento e Fundos Estruturais

Por indicação do senhor Presidente da Mesa do Conselho de Ilha de São Miguel, Dr. Noé Rodrigues, junto envio a V. Exa. a ata da reunião do Conselho de Ilha, que foi realizada no passado dia 30 de outubro, e que teve como objeto a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1.º Análise e Parecer sobre a Anteproposta de Plano Regional Anual para 2016;
- 2.º Intervenção do público

Deste modo, informo de que a proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 64/X - Plano Anual Regional de 2016 teve um parecer positivo, por maioria dos senhores Conselheiros, e mereceu algumas reflexões e comentários, que se encontram explanados na ata que envio em anexo.

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DE SÃO MIGUEL,
DE 30 DE OUTUBRO DE 2015**



ATA N.º 2/2015

Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e quinze, pelas dez horas, teve início a segunda reunião ordinária do Conselho de Ilha de São Miguel, no auditório do Centro Municipal e Cultural do Nordeste, sito na Estrada Regional n.º1, na vila do Nordeste, sob a Presidência de Noé Rodrigues, da Primeira Secretária Albertina Oliveira e da Segunda Secretária Ana Simas. Estiveram presentes na reunião os seguintes membros: a Presidente da Assembleia Municipal de Nordeste, Anabela de Miranda Isidoro; o Presidente da Câmara Municipal de Nordeste, Carlos Alberto Medeiros de Mendonça; o Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, José Manuel Cabral Dias Bolieiro; o Presidente da Câmara Municipal de Ribeira Grande, Alexandre Branco Gaudêncio; o Presidente da Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo, Lucindo dos Anjos de Fontes Couto; o Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues; os Representantes da Assembleia Municipal de Lagoa, José Fernando Medeiros Costa e Gilberto de Sousa Borges; os Representantes da Assembleia Municipal de Nordeste, António Carlos Teves Cabral de Melo, João de Deus Andrade de Sousa e Paulo César Pereira Pacheco; o Representante da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, Ricardo Alberto Madruga da Costa; o Representante da Assembleia Municipal da Ribeira Grande, João Paulo Melo Dâmaso Moniz; os Representantes da Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo, João Carlos Barbosa Leite, Maria Rita Cabral Rodrigues e Paulo Alexandre Pacheco Duarte; o Representante da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, João Manuel Pires de Medeiros.

Faltaram à reunião os seguintes conselheiros: a Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, Cristina Decq Mota; o Presidente da Câmara Municipal de Povoação, Carlos Emílio Lopes Machado Ávila; o Presidente da Assembleia Municipal da Ribeira Grande, Filomeno dos Anjos da Silva Gouveia; o Representante da Assembleia Municipal de Lagoa, César Augusto Medeiros Pacheco; o Representante da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, Eusébio Paulo Ferreira Massa; os Representantes da Assembleia Municipal da Povoação, Gualberto Costa Rita, Rogério Cabral Mendonça, Sandra Bolieiro e Miguel Linhares; o Representante da Assembleia Municipal da Ribeira Grande, Miguel de Melo Sousa.

Faltaram à reunião, apresentando a devida justificação das suas ausências, o Presidente da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, Francisco Pacheco Rego Costa; a Presidente da

Assembleia Municipal da Povoação, Benilde Oliveira; o Representante da Assembleia Municipal de Lagoa, Hermano José Tavares Medeiros Rego; a Representante da Assembleia Municipal de Nordeste, Nélia Moniz Vaz; a Representante da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, Alexandra Vitória Falcão Viveiros; a Representante da Assembleia Municipal da Ribeira Grande, Catarina de Fátima Almeida de Miranda e Jaime Manuel Serpa Costa Rita; o Representante da Associação Agrícola, Jorge Alberto Serpa da Costa Rita.

Estiveram ausentes todos os deputados eleitos pelo Circulo Eleitoral de São Miguel, pelo facto da reunião do Conselho de Ilha ter coincidido com o Plenário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, pelo que a Mesa daquele Órgão considerou todas as ausências dos senhores deputados justificadas.

O senhor Presidente do Conselho de Ilha começou por saudar e agradecer a presença de todos os membros presentes.

No momento seguinte, informou que os Conselhos de Ilha deviam ser instalados, no prazo de sessenta dias, a contar da data da publicação da alteração legislativa introduzida pelo Decreto Legislativo Regional n.º11/2015/A, de 14 de abril de 2015. Referiu que, na ocasião, a Mesa do Conselho de Ilha tinha tido a oportunidade de se reunir e de enviar aos senhores Conselheiros uma pequena nota, dando conta da sua posição em relação àquela alteração legal, o que significava que, em bom rigor, a Mesa estava nesta reunião em exercício, porque o Conselho de Ilha tinha de ser instalado, cumprindo às Câmaras Municipais e Assembleias Municipais as nomeações dos novos Conselheiros, bem como de uma nova Mesa para o exercício pleno das suas funções, nomeadamente para dirigir os trabalhos das respetivas reuniões.

Acrescentou que, relativamente a tal situação, nem todos tinham a mesma interpretação da Mesa, porque o Conselho de Ilha já se encontrava instalado e em funcionamento, o que levaria apenas a uma desnecessária reinstalação, eleição ou nomeação dos novos Conselheiros que a nova legislação prevê de outras entidades que passam a ter representação no Conselho de Ilha. Deste modo, antes de dar início à ordem de trabalhos, disse que gostaria de ouvir os senhores Conselheiros sobre tal matéria, para se arranjar um procedimento mais adequado, de modo a que o Conselho de Ilha pudesse proferir o parecer solicitado e desenvolver as suas funções sem sombra de alguma irregularidade.

Posteriormente, o senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, José Manuel Bolieiro, referiu que, na altura, tinha tido a oportunidade de trocar impressões sobre o assunto, com o senhor Presidente do Conselho de Ilha, sublinhando que não iria ali questionar a opção do legislador, mas que não deixaria de considerar legítima a reunião do Conselho de Ilha e a emissão do respetivo parecer. Acrescentou que, no seu entender, a visão do funcionamento



deste órgão era em função do Poder Local, embora houvesse representatividades de outras instituições, sendo no mandato das autarquias, depois das eleições, que se instalava o Conselho de Ilha, com uma vigência de igual duração do mandato autárquico respetivo.

Sublinhou, ainda, que lhe parecia razoável ir ao encontro da preocupação da Mesa do Conselho de Ilha, sem por em causa a legitimidade do órgão e, também, em benefício da estabilidade do funcionamento do mesmo.

Seguidamente referiu que, para o próximo ano, fazia sentido aquele Conselho já ser de nova composição, por isso, achava útil que uma das deliberações do Conselho de Ilha fosse recomendar às Assembleias Municipais e às Câmaras Municipais a indicação dos seus representantes para a sua composição, sendo que o Presidente da Câmara Municipal e o Presidente da Assembleia Municipal tinham representação direta, por inerência direta dos seus cargos e os membros da Assembleia eram eleitos por aquele tal órgão deliberativo.

Portanto, todas as Assembleias Municipais tinham que reunir até ao final do ano para aprovação dos respetivos orçamentos para o ano 2016, podendo ser recomendado na reunião do Conselho de Ilha a todos os representantes daquele Órgão autárquico para procederem à eleição dos seus representantes. Saliu que aquele Conselho não perdera a legitimidade, nem o completo poder de funcionamento na presente sessão, realizando-se para a próxima reunião de 2016, o processo eleitoral interno do próprio Conselho de Ilha, designadamente a Mesa. Considerou, ainda, que tal situação não violava o quadro legal e assegurava aquela que era a visão essencial, ou seja, a estabilidade do mandato autárquico, que iniciara em 2013 e que iria até 2017, sendo assim que funcionavam os Conselhos de Ilha.

De seguida, o senhor Presidente da Mesa do Conselho de Ilha, Noé Rodrigues, questionou os presentes, se havia mais alguma questão sobre o assunto, não havendo mais nenhuma questão prévia passou à aprovação das atas das reuniões de 20 de outubro de 2014 e de 2 de março de 2015, tendo sido aprovadas, por unanimidade, dos senhores Conselheiros presentes.

Por último, o Senhor Presidente do Conselho de Ilha passou ao período da Ordem do Dia constante da agenda de trabalhos e do Aviso Convocatório.

1.º ANÁLISE E PARECER SOBRE A ANTEPROPOSTA DO PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2016

O senhor Presidente da Mesa solicitou aos Conselheiros presentes que se pronunciassem, querendo, sobre tal matéria.

O senhor Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, Alexandre Gaudêncio, pediu a palavra e, no uso dela saudou a Mesa e os senhores Conselheiros presentes, referindo que tinha



uma proposta de parecer que gostaria de entregar à Mesa para apreciação e votação. De seguida, passou à leitura de tal documento que, entregue à Mesa, foi por esta rubricado e decidido que ficasse arquivado como anexo da presente ata.

Posteriormente, o Representante da Assembleia Municipal da Lagoa, Gilberto Borges, tomou a palavra para saudar a Mesa e os senhores Conselheiros, referindo que tinha efetuado uma análise à Anteposta do Plano Regional, tendo verificado que o investimento no concelho de Lagoa era quase nulo. Salientou que o concelho da Lagoa carecia de duas grandes obras, tendo tido a esperança que fossem resolvidas na presente legislatura e que nenhuma delas iria ser resolvida, referindo expressamente a Escola do Fisher, Padre João José de Amaral, em que o Plano apresentava uma verba de apenas 50 000,00€ (cinquenta mil euros), não representando, no seu entender, um valor significativo, porque tal escola necessitava do mesmo que a Escola Canto da Maia ou a de Rabo de Peixe, ou seja, a substituição da sua cobertura de fibrocimento com amianto. Realçou que na Escola Canto da Maia eram aplicados cerca de 3.000 000,00€ (três milhões de euros) de investimento e na Escola da Lagoa apenas, 50.000, 00€ (cinquenta mil euros).

No momento seguinte, referiu que o mesmo se passava com as obras do Porto dos Carneiros da Lagoa, estando inscrito no Plano apenas, 50.000, 00€ (cinquenta mil euros) para um Porto que tinha quinze barcos de boca aberta e quatro traineiras, e cerca de cento e cinquenta pescadores. Realçou que a maior parte da frota de pesca da Lagoa estava sediada em Ponta Delgada, porque não existiam condições naquele Porto, não havia parque para a atracagem de todas as embarcações, considerando que, se o concelho da Lagoa tivesse um Porto em condições, poderia contribuir para fomentar o desenvolvimento económico local.

Seguidamente disse, também, que havia um acréscimo das despesas para os pescadores, porque sempre que atracavam em Ponta Delgada tinham que pagar transportes entre Ponta Delgada/Lagoa. Acrescentou que havia, apenas, 300 000,00€ (trezentos mil euros) para uma creche que iria ser implantada em Água de Pau, sublinhando que sempre que se queria fazer algo na Lagoa, surgia sempre o argumento da Lagoa ser perto de Ponta Delgada, o que não poderia ser, porque a Lagoa era um concelho que se pretende o seu desenvolvimento.

Para terminar, referiu que não concordava com aquele Plano, pelo facto de a Lagoa não ter sido devidamente contemplada.

Depois, o Representante da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, João Medeiros, interveio, saudando a Mesa e todos os Conselheiros ali presentes. Referiu que a Câmara do Comércio considerava, por um lado, aquele Plano como positivo, pelo facto de haver um

- acréscimo de 7% do mesmo para a ilha de São Miguel, embora existissem assimetrias em



relação às restantes ilhas, que não eram aceitáveis, face à população ativa em cada uma das ilhas, tal como tinha dito o senhor Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande. Por outro lado, gostaria não só de ver requalificado o Porto de Ponta Delgada, porque era uma necessidade urgente para São Miguel, mas também o decréscimo do diferencial fiscal, porque se mantinha nos 20%, no que se referia ao IVA e ao IRC, sublinhando que os empresários reivindicavam o diferencial máximo permitido.

De seguida interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal de Nordeste, Carlos Mendonça, que desejou as boas vindas a todos os senhores Conselheiros ao Conselho do Nordeste, porque julgava ser a primeira vez que o Conselho de Ilha se reunia naquele concelho, congratulando a Mesa pela decisão de trazer o Conselho de Ilha àquela que já tinha sido considerada a décima ilha, que já não era.

Posteriormente referiu que, no âmbito do Plano Regional para 2016, em termos gerais, constatava-se um montante global de investimento superior a 780.000.000,00€ (setecentos e oitenta milhões de euros), o que correspondia a aumentos percentuais no âmbito do investimento na área da ciência de 22%; na solidariedade social verificava-se, também, mais de 20% e que incluía várias obras, como por exemplo a creche de Água de Pau, no concelho de Lagoa; na agricultura, florestas e desenvolvimento rural, aumentos superiores a 17%; nas pescas 14%, pelo que congratulou o Plano pela requalificação de alguns Portos, que ansiavam aquelas beneficiações, tais como os Portos de Nordeste, do Porto Formoso e de Água de Pau, o que traria, sem dúvida, mais-valias para a ilha de São Miguel.

De seguida, mencionou que no âmbito da educação e cultura verificava-se um aumento de 11%, referindo-se a projetos, como por exemplo, da Escola Básica Integrada da Lagoa, da Escola Básica Integrada da Canto da Maia, da Escola Básica Integrada dos Arrifes e de outros, que estavam devidamente identificados. Relativamente ao Turismo, também, constatava-se aumentos de 7%, considerando tal valor de alguma pertinência.

Depois, no que dizia respeito ao concelho do Nordeste, congratulou a nova valência da creche, de grande importância e pertinência para a concretização daquelas que eram as pretensões não só do Município, mas de toda a população do concelho do Nordeste, no âmbito da fixação de jovens e da empregabilidade, uma vez que era o único concelho que não possuía aquela valência. Acrescentou que a requalificação do Quartel da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Nordeste era vista com muita satisfação, bem como a requalificação e melhoramentos da ligação entre o Nordeste e a Povoação, apesar de terem surgido alguns atrasos, devido ao que tinha acontecido, no lugar da Pedreira e na ligação a Água Retorta.

No momento seguinte, não só manifestou a sua satisfação pela requalificação do Porto de Nordeste, apesar do concelho não estar voltado para o mar, mas também pela requalificação da rede hidrográfica da Pedreira do Nordeste, que embora não prevista, era fundamental acautelara face às calamidades do passado dia 3 de setembro, sendo vista com muita satisfação.

Para terminar a sua intervenção, referiu que considerava aquele Plano realista, atendendo à conjuntura em que nos encontrávamos, e que merecia, da sua parte, como Conselheiro do Conselho de Ilha, parecer favorável.

Posteriormente, o senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, Ricardo Rodrigues, pediu a palavra tendo começado, em primeiro lugar, por realçar a questão da interpretação dos números, defendendo que num Plano, que tal como já tinha sido afirmado, contemplava um crescimento de cerca de 8% relativamente ao plano anterior, do investimento público, e com um aumento de 11% de investimento público destinado para São Miguel relativamente ao ano anterior, significava que o investimento nesta ilha aumentava mais. Deste modo, referiu que a ilha de São Miguel devia congratular-se, porque se um Plano tinha um aumento de investimento público e, atendendo ao momento difícil que atravessávamos, aquele investimento era maior na ilha de São Miguel do que aquele que era o próprio crescimento global ou aumento do Plano, refletia, naturalmente, a ideia de que São Miguel era, de facto, a maior ilha dos Açores.

De seguida, referiu, ainda, que a ilha de São Miguel tinha tido no Plano um investimento público, em 2015, de 249 124 470,00€ (duzentos e quarenta e nove milhões, cento e vinte e quatro mil, quatrocentos e setenta euros) e que o Plano para 2016 apresentava um investimento de 270.981 918,00€ (duzentos e setenta milhões, novecentos e oitenta e um mil, novecentos e dezoito euros), pelo que demonstrou uma grande satisfação em relação a tais números. Portanto, considerava que a ilha de São Miguel deveria estar satisfeita, na insatisfação geral que todos sempre tinham, porque gostavam sempre de ter mais em todos os concelhos, mas que o Conselho de Ilha não era um Conselho de concelhos, embora percebesse a insatisfação particular de cada um, relativamente a situações concretas ou expectativas dos concelhos respetivos.

Depois, exemplificando, disse que em Vila Franca do Campo o Governo tinha, apenas, duas obras públicas, porque nos anos anteriores tinha executado duas escolas, tendo o investimento público no seu concelho, no presente ano, sido menor do que nos anos anteriores. Referiu, ainda, que o concelho da Ribeira Grande tinha no Plano uma verba de 15 000 000,00€ (quinze milhões de euros) para a Escola Gaspar Frutuoso; Ponta Delgada tinha, também, para a Escola dos Arrifes um investimento avultado e para a Escola Canto da Maia 6.500 000,00€ (seis milhões

e quinhentos mil euros), defendendo que não era possível todos os anos, todos os concelhos terem um aumento significativo de investimento, porque não havia recursos.

Em segundo lugar, disse que também concordava com as prioridades atribuídas pelo Governo Regional, naquele Plano, no que dizia respeito às dificuldades, acentuando o investimento público em setores ou áreas, onde todos percebíamos que era necessário. Salientou que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Nordeste, aproveitando o momento para agradecer as magníficas instalações daquele auditório do Nordeste e a hospitalidade, já tinha feito referência a algumas daquelas prioridades, designadamente o emprego, que era, de facto, uma prioridade. Assim, os 180.000 000,00€ (cento e oitenta milhões de euros), que estavam inscritos naquela rubrica iriam fazer face a dificuldades conjunturais que a ilha atravessava em programas como o Recuperar e outros programas de combate ao emprego que desafiavam a empregabilidade e eram programas conjunturais, porque a atividade económica, por si só, ainda não fazia face aos níveis de desemprego existentes na ilha e, por isso, era de saudar o facto do Governo Regional ter dado prioridade ao Emprego, mesmo que a nível conjuntural.

Desta forma, sublinhou que, se não tivéssemos aquelas medidas, a taxa de desemprego seria, ainda, muito maior, alegando que não estávamos a falar de taxas, mas de pessoas. Disse, ainda, que, em Vila Franca do Campo, a Câmara Municipal detinha mais de duzentos trabalhadores naqueles programas de emprego e que sabia da satisfação de cada um deles e de suas famílias em concreto, por terem um rendimento no final do mês, reconhecendo que se não fossem aqueles programas não tinham qualquer tipo de rendimento. Portanto, desfazer daquelas medidas, era desfazer aquilo que era a dignidade social das pessoas.

Neste sentido, disse ainda que, ter o Governo Regional mantido no investimento público para 2016 aquela prioridade, demonstrava o sentimento social que o Governo Regional tinha por aquele flagelo do desemprego que caracterizava Portugal no seu conjunto.

Seguidamente, referiu que todos sabíamos que ainda havia muita necessidade de investimento na área da solidariedade social, na ilha de São Miguel, nomeadamente em creches. No entanto, não as iria referir em concreto, porque no Plano constava todas as obras que iriam ser executadas e que revelavam uma preocupação com aqueles que são os nossos conterrâneos desfavorecidos, referindo-se às crianças, aos jovens e aos idosos, tendo o Plano um forte investimento na solidariedade social.

Em terceiro lugar, disse que na agricultura se verificava um grande investimento público, para fazer face a uma dificuldade que esperava ser conjuntural e não estrutural, relativa ao abaixamento do preço do leite, e que havia uma resposta direta ao apoio às vacas leiteiras, que refletia a preocupação e a interpretação que o Governo tinha, no que dizia respeito às

Maria
Oliveira

dificuldades conjunturais que aquele setor atravessa. Referiu, ainda, que não existia nenhuma medida nacional idêntica àquela, alegando a importância da nossa autonomia. Assim, a resposta dada àquele setor parecia-lhe fundamental na estruturação da economia açoriana e, designadamente na economia de São Miguel.

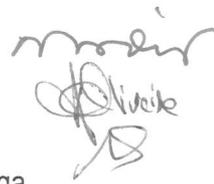
Portanto, destacou aqueles três setores, que ali tinham sido debatidos, como prioritários no investimento público: o emprego, nas medidas concretas de combate ao desemprego; a área social e a infraestruturção, nas medidas de apoio aos nossos concidadãos; a agricultura, nas medidas de apoio direto aos agricultores e produtores de leite. Sublinhou que o setor primário reagia muito bem e que, atualmente, o setor tinha um conhecimento técnico e aprofundado das suas explorações, sabendo gerir muito bem as suas explorações. Sublinhou, também, que havia, há pouco tempo, quem dissesse que era preocupante a diminuição da produção de leite, alegando que não via aquele assunto como uma preocupação, mas como uma adaptação justificada à conjuntura que se vivia.

No momento seguinte, disse que tinha tido a oportunidade de visitar uma fábrica de laticínios e de verificar a quantidade de leite que estava em depósito da Unidade Industrial e que não tinha colocação. Referiu, ainda, que tal como sabíamos, não só a condução da eliminação das quotas leiteiras, mas, essencialmente, o embargo da Rússia, fizeram com que as transações do leite diminuíssem significativamente. Acrescentou, também, que o aumento da produção não representava mais rendimento, porque nem sempre produzir mais leite significava mais rendimento numa exploração agrícola e o excesso de leite refletia-se, necessariamente, no preço do leite.

Seguidamente, considerou que, também, era importante analisar aquela realidade e considerar a diminuição da produção do leite como uma resposta conjuntural a uma crise, que esperava que fosse conjuntural da diminuição do consumo do leite, ou, pelo menos, das transferências para a comunidade do leite transformado.

Depois, referiu que, globalmente, estava em concordância com as prioridades que o Governo apresentava no Plano e Orçamento, num momento em que o investimento público era diabolizado pela opinião pública e por certos partidos à direita, parecendo quase um crime. Realçou que, nos Açores, o investimento público continuava a ser a alavanca, que podia proporcionar desenvolvimento.

Para terminar a sua intervenção, mencionou que se identificava com as prioridades apresentadas no Plano do Governo e que, naturalmente, a sua opinião era favorável ao Plano e Orçamento em debate.



Posteriormente, o Representante da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, Ricardo Madrugada da Costa, solicitou uma curta intervenção para deixar registada uma reposição da verdade. Disse que tinha sido subscritor de uma proposta entregue na Mesa, sobre um parecer a dar à Anteproposta do Plano e Orçamento, para o próximo ano, da Região Autónoma dos Açores, e aquela proposta não diabolizava o investimento público, pelo contrário, dizia que era necessário o investimento e mais, em concreto, na ilha de São Miguel, a maior ilha da Região.

De seguida, o senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, Ricardo Rodrigues, interveio para um pequeno esclarecimento, dizendo que a diabolização do investimento público a que se tinha referido, tinha a ver com o que se passava no Continente e os cortes no investimento público, alegando não ser em relação à proposta apresentada.

No momento seguinte, o senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, José Manuel Bolieiro, mencionou que, também, tinha sido subscritor de um parecer entregue na Mesa e que se revia na íntegra no mesmo. A sua intervenção tinha a ver com uma preocupação, que importava colocar e ser transmitida ao Governo Regional, no âmbito das reflexões produzidas no Conselho de Ilha, para uma adoção estratégica da execução do Plano e Orçamento para 2016, com uma referência especial para um projeto de eficiência energética. Referiu que o Plano do Governo tinha como preocupação primordial para 2016, em matéria de energia, a produção da distribuição e a aplicação da tarifa social às famílias carenciadas da fatura elétrica, não tendo nenhuma referência à essência do projeto trifásico de eficiência energética. Deste modo, falando em nome de São Miguel, apesar de que o projeto iria ser regional, disse que era importante ser a maior ilha, aquela que tinha a capacidade de produção mais significativa, comparada com as restantes ilhas, a apostar num projeto de desenvolvimento entre a Região, a Empresa de Eletricidade dos Açores e o Poder Local, para uma aposta estratégica e coordenada para a poupança da iluminação pública.

Seguidamente, disse que as autarquias pagavam a iluminação pública das vias principais e que a Região pagava a das redes regionais e preocupava-lhe que não houvesse ano Plano, da forma evocada, aquela estratégia, e como autarca, em nome de São Miguel, e, ali no Conselho de Ilha, gostaria de alertar para a necessidade urgente de tal estratégia. Para além disso, gostaria que houvesse eficiência e eficácia no aproveitamento dos Fundos Comunitários do projeto de poupança para os Concelhos, no que se refere à iluminação pública, com substituição de soluções técnicas ultrapassadas que predominavam nas estradas de São Miguel.

Deste modo, disse que gostaria que fosse registada tal reflexão na ata da reunião do Conselho de Ilha, como uma matéria primordial debatida no Conselho de Ilha, e para que, independentemente de não estar referida no Plano, pudesse ser efetivamente desenvolvida e

moder
Alvarez
RS

executada. Referiu, ainda, que gostaria de deixar ali inscrita uma preocupação, que era própria da Associação de Municípios da ilha de São Miguel (AMISM) e da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (AMRAA), mas que podia, também, interessar o Conselho de Ilha e que tinha a ver com o aproveitamento dos Fundos Comunitários, mais propriamente com o atraso do Programa Operacional (PO) – Açores 2020, que devia ter já assegurado os eixos dos privados e, de forma particular, os eixos do Poder Local e o entendimento com tal poder, uma vez que havia um compromisso que inviabilizaria, potencialmente, a utilização daqueles recursos, quando obrigava a apresentação de candidaturas de 50% para os primeiros quatro anos e 50% para os restantes anos.

Portanto, a vocação típica do Poder Local e das autarquias era a de não se inscrever nos primeiros anos. Assim, era preciso rever, por parte do Poder Local, para uma boa otimização da aplicação do cofinanciamento comunitário, dois itens, o de eliminar uma exigência de execução, que era presumida para sete anos de Quadro Comunitário de Apoio e que, em matéria de execução, pelo menos, dois anos já estavam perdidos. Relativamente àquela exigência de repartição de 50% para cada um de tais períodos, porque os primeiros quatro anos tinham uma vocação para a economia privada e não para a intervenção do investimento público, tal como tinha reivindicado o Conselheiro Ricardo Rodrigues. Deste modo, demonstrou o desejo do Conselho de Ilha se importar e apoiar as autarquias em tal matéria.

No momento seguinte, o senhor Presidente da Câmara Municipal de Nordeste, Carlos Mendonça, mencionou que tinham sido ali abordados os Programas Ocupacionais de Emprego, mas que gostaria de acrescentar, também, uma mais-valia daqueles Programas na aposta da economia local. Referiu, ainda, que todos estavam de acordo e em conformidade com aquilo que fora dito pelo senhor Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, que se tratava de empregabilidade precária. Neste sentido, disse que o concelho de Nordeste, em 2014, tinha investido 270 000,00€ (duzentos e setenta mil euros), conseguindo que o Governo Regional injetasse 1.300 000,00 (um milhão e trezentos mil euros) na economia do Nordeste, atendendo àqueles Programas, pelo que aquele valor para a economia de um concelho com 4 937 habitantes, de acordo com os censos de 2011, era um valor bastante significativo e avultado. Assim, para além da felicidade e satisfação de muitas famílias, era, sem dúvida, uma aposta na economia local.

Depois, disse que a iluminação pública era, sem dúvida, um assunto que preocupava todos os autarcas, há já muitos anos, desde o tempo em que a Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, Berta Cabral, era Presidente da AMRAA, já se abordava a hipótese de desencadear aquele processo, para que houvesse poupanças, por parte das autarquias. Sublinhou, ainda,



como representante da AMRAA e do Conselho de Administração, que aquele assunto, que já se arrastava há muitos anos, não deixava de ser uma preocupação para todos os autarcas e a AMRAA, que já se tinha reunido com o próprio Governo Regional e a Empresa de Eletricidade dos Açores (EDA). Acrescentou que, brevemente, seria apresentado um parecer jurídico, sobre o modo adequado de desencadear aquele processo, para conseguirem alcançar as poupanças necessárias, acreditando que o Governo ansiava não só as poupanças da iluminação pública das estradas regionais, mas também das estradas municipais. Concluiu, dizendo que concordava com o senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, quando ele mencionou que aquele processo já se arrastava há muitos anos, sem que houvesse uma resolução.

Posteriormente, o Representante da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, João Medeiros, referiu, em nome da Câmara do Comércio, que considerava insuficiente as verbas do aumento do Turismo de 7%, uma vez que aquele item do Turismo, que atualmente era tão caro a todos nós, e sendo um dos eixos do desenvolvimento da economia, tinha aumentos substanciais, julgando rondar os 20%. Deste modo, considerava que o aumento de 7% era insuficiente, atendendo, sobretudo, que uma parte do valor que estava inscrito no Plano, destinava-se a eventos desportivos e, como todos sabíamos, não eram relevantes para o desenvolvimento do turismo.

Seguidamente, o senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, Ricardo Rodrigues, aludiu que estava de acordo com grande parte da intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, no que dizia respeito à energia, e, também, com o que fora dito pelo senhor Presidente da Câmara Municipal do Nordeste.

Depois, disse que o contrato de concessão, que atribuía à EDA a função de produzir e distribuir energia nos Açores, incumbia-lhe, também, a responsabilidade de distribuir energia em qualidade, que correspondesse às últimas tecnologias e ao saber da arte na distribuição de energia aos Açores inteiro. Neste sentido, referiu que a EDA tinha o dever, por si própria, de não produzir e distribuir a energia tão cara, porque havia outras formas de distribuir energia mais barata.

No momento seguinte, mencionou que, atualmente, a EDA tinha uma configuração acionista diferente de há dez anos atrás, e que não deixava de ser ainda mais repugnante assistirmos, de forma quase impávida, a que os lucros da EDA fossem à custa da iluminação que consumíamos, quando aqueles lucros não tinham justificação para existir, uma vez que era possível distribuir energia mais barata. Sublinhou, também, que tal como estava o enquadramento do PO 2020 não era possível apresentar candidaturas a fundo perdido de projetos que, pela sua natureza, se



autofinanciam, sendo aquela uma dificuldade que a AMISM estava a estudar a forma de a ultrapassar.

De seguida, o senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada interveio, dizendo que aquela temática era tão importante e tão decisiva até na sustentabilidade económica das entidades públicas. Sublinhou, também, o facto de beneficiarmos de uma identificação clara do interesse comum de consenso entre forças partidárias e que deveria agora conquistar-se o consenso entre a relação do Poder Local com o Governo Regional e entre o Poder Local, o Governo Regional e a Empresa do Setor Empresarial Regional cujo maior acionista era a própria Região.

Depois, disse que havia ali dois componentes e que para não repetir o que subscrevia do que já tinha sido dito pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, Ricardo Rodrigues, acrescentou que, ainda, havia um outro componente de contencioso, que não era relativo à substituição da arte de iluminação pública, que já era desatualizada, porque tinha havido investimentos, há três anos atrás, em material ultrapassado, considerando que se deveria adquirir material com uma expectativa de poupança próxima dos 80%. Sublinhou que os Municípios pagavam a luz dos equipamentos desportivos e das escolas, que sendo uma responsabilidade regional, eram as autarquias que pagavam. Portanto, havia que o fazer, também, partilhar, designadamente naquela nova arte de iluminação pública e não apenas a pública, no sentido das vias, mas também aquela que era pública, porque recebia equipamentos públicos essenciais à vida social da comunidade.

Seguidamente referiu que não havia, no âmbito das políticas comunitárias e do bom direito geral, forma do consumidor poder contestar a fatura da EDA, porque imputava um valor que se não pago levava ao corte da luz. Acrescentou que gostaria de deixar refletido no Conselho de Ilha esta área de contencioso, porque as empresas de telecomunicações pagavam direitos de passagem, que revertiam a favor das autarquias, enquanto a empresa de eletricidade dos Açores não só recebia, gratuitamente, todo o equipamento dos investimentos de loteamento e outros, que eram feitos por privados e, em grande parte, por autarquias, investimentos que recebiam e que passava a ser propriedade de tal empresa que não pagava uma única taxa de direitos de passagem. Mencionou, ainda, que a Empresa de Eletricidade dos Açores era cobradora do Poder Local e nunca era devedora do espaço público que utilizava, do domínio das autarquias, havendo naquela relação tripartida, Poder Local, Região e Setor Empresarial Regional de Eletricidade dos Açores muito a ver e a fazer, porque havia um claro prejuízo, designadamente para as autarquias.

Posteriormente, o senhor Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, Alexandre Gaudêncio, considerou que estávamos a distanciar-nos do assunto em discussão, ou seja, a análise ao Plano, parecendo-lhe quase uma reunião da AMISM, não querendo desprezar ali os senhores Conselheiros.

Na sequência disse que gostaria de colocar uma questão, que considerava pertinente e que já se tinha discutido ali, sobre uma certa concertação a nível de ilha. Acrescentou, também, que se tinha falado, há pouco, em relação ao turismo, que com a liberalização do espaço aéreo, a oferta turística, na ilha de São Miguel, tinha aumentado, pelo que julgava importante haver uma certa concertação a nível de ilha, no que dizia respeito à oferta turística. Sublinhou, também, que no verão, todos os concelhos tinham as suas festas religiosas, as suas festas do concelho, sem que houvesse uma concertação estratégica a nível de ilha. Manifestou o desejo de se poder, através do Conselho de Ilha e com os parceiros sociais, pensar em 2016, de forma diferente.

Depois, voltando à análise do Plano do Governo, e tendo a ver com as dez principais obras para a ilha de São Miguel, achou curioso o facto de aparecer, em terceiro lugar, uma Casa da Autonomia com 12.500 000,00€ (doze milhões e quinhentos mil euros). Neste sentido, julgou importante salientar a questão colocada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário e que era muito pertinente, porque em pleno século XXI, mais precisamente em 2016, iríamos continuar a ter na Região escolas com teto de amianto e aquilo era possível não só na Lagoa, mas também nas Capelas, porque eram rúbricas que apareciam no Plano, mas que eram residuais, uma vez que 50 000,00€ não dava para fazer o projeto para a escola. Deste modo, considerou que tinha havido alguma falta de estratégia naquilo que eram as prioridades de investimento, embora existissem algumas obras relevantes e, no caso concreto do ensino, a maior obra do Governo era no concelho da Ribeira Grande e a segunda era no concelho de Ponta Delgada, salientando o facto de que o grande investimento do Governo era em concelhos de cor partidária diferente da do Governo.

Posteriormente, fez referência à questão que tinha sido levantada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Nordeste e que tinha a ver com a requalificação do Porto de Nordeste. Sublinhou que o Plano apresentava uma rúbrica que englobava quatro portos, o de Nordeste, do Porto Formoso e mais dois portos, que não se recordava quais eram, com um valor de 180. 000,00€ (cento e oitenta mil euros), pelo que perguntava o que cabia a cada um deles. No âmbito da requalificação da orla marítima, que com o mau tempo, dos últimos dias, tinha afetado principalmente a costa norte, o Plano, também, não apresentava, de forma explícita, a localização das intervenções a fazer, o que aparecia era a rúbrica - Proteção e Requalificação da Orla Costeira de São Miguel e de Santa Maria - com um valor de 2.300 000,00€ (dois milhões e

trezentos mil euros). Acrescentou que havia, também, situações muito pertinentes no concelho da Ribeira Grande, nomeadamente em Rabo de Peixe e nas Calhetas, que estavam a pôr em causa bens e pessoas e que, até ao momento, não tinham sido corretamente explícitas, em relação aos respetivos investimentos.

No momento seguinte, o senhor Presidente da Mesa do Conselho de Ilha, Noé Rodrigues, interveio para tecer alguns comentários. Referiu que a questão da EDA era uma questão importante, mas discordava da ideia de que não era legítimo a EDA ter lucros, apenas julgando que, nos dias de hoje, ter lucros pela eficiência com que se gere e com que se investe é que era o importante, principalmente nos setores onde não há alternativa ou concorrência. Acrescentou que se devia ter uma consciência moral quanto à inovação, que era necessária em relação aos processos de prestação de serviços, porque os saberes, atualmente, incluíam, com muita facilidade, as questões de inovação tecnológica, que eram, de facto, impressionantes do ponto de vista da velocidade da sua evolução e que a eficiência das empresas deveria ser o seu principal contributo para a criação e distribuição de riqueza.

Depois, referiu a questão ali apresentada, sobre as concertações das diversas entidades da ilha, que promoviam algumas atividades de oferta turística e sublinhou que aquelas questões poderiam ser discutidas no Conselho de Ilha e sempre que necessário a sua concertação poderia ser obtida no seio do Conselho de Ilha. Referiu, todavia, que no âmbito da própria AMISM, com mais facilidade e proximidade dos vários agentes, deveria ser desenhado o mapa daquelas atividades e oferta turística, de forma a não colidirem umas com as outras, apesar de todos procurarem a mesma altura do ano para as levar a efeito, fator que dificultava a articulação entre as diversas atividades numa ilha.

De seguida, referindo-se ao Plano, disse que tinha tido a oportunidade, durante oito anos, de trabalhar na preparação de Planos Regionais e sabia das dificuldades que existiam, porque se pretendia chegar a tudo o que era necessário fazer, mas nunca havia todos os recursos financeiros necessários à satisfação de todas as necessidades. Referiu, ainda, que o Plano crescera, do ponto de vista do investimento público, e que o crescimento era proporcionalmente acrescido para a ilha de São Miguel comparativamente ao que foram os investimentos previstos nos anos anteriores, ou seja um crescimento majorado em relação ao crescimento global do Plano. Além disso, verificou que havia obras nos diversos setores, que deviam ser, naturalmente, as mais necessárias, solicitadoras de maior investimento público e, provavelmente, numa ordem de prioridades, que o decisor seguramente definira com isenção.

Posteriormente, referiu que, no caso das escolas, aquelas prioridades eram um pouco transversais, alegando que para além do parque escolar regional, o próprio parque escolar

municipal, também precisava de muito investimento, nomeadamente na substituição de muitas coberturas que contêm amianto. Acrescentou que qualquer Plano Regional pode revelar assimetrias no investimento entre ilhas ou mesmo concelhos, como acontece com os Planos Municipais, que igualmente revelam assimetrias entre as diversas freguesias, nomeadamente porque o investimento em infraestruturas que se localizam num concelho, ou numa ilha, ao beneficiarem de investimento publico num determinado ano, no ano seguinte não se justificava colocar o esforço de investimento na mesma infraestruturas, concelho ou ilha, antes terão de ser acautelados os investimentos onde passam a ser mais necessitados, em outros concelhos e também em outras ilhas.

Referiu ainda que as ilhas de maior dinâmica social beneficiavam mais das medidas do Plano de âmbito transversal, nomeadamente das que visam o apoio social, à agricultura, às pescas ou aos serviços. O que se passa nomeadamente em São Miguel, onde a economia tem uma dinâmica muito diferente das restantes ilhas. Considerou, assim, que em tal perspetiva, o Plano em análise contém algum equilíbrio, relativamente às necessidades existentes nas diversas ilhas, sublinhando o facto de quem elaborava o Plano conhecer as necessidades e as prioridades de cada localidade e, eventualmente, as mais emergentes, face à informação que lhe é aportada e às situações, por vezes de calamidade, que vão aparecendo e que determinavam uma reorientação das preocupações ou prioridades do investimento.

Posteriormente, referiu que tinha analisado os números globais do Plano e algumas das suas ações prioritárias, tendo feito uma comparação com o Plano a médio prazo 2013/2016, da Região Autónoma dos Açores, considerando que existia coerência entre o Plano proposto para o período de 2013/2016 e o Plano para 2016. Acrescentou que com a sua intervenção não estava a fazer nenhum reparo às propostas e aos comentários que os senhores Conselheiros apresentaram, estando a falar daquilo que tinha sido a sua leitura do documento em análise e da comparação que fizera com o Plano a médio prazo 2013/2006.

Depois, referiu que o Conselho tinha de emitir um parecer em relação ao Plano para 2016. Neste sentido, referiu que se poderia colocar à votação aquele Plano Anual para 2016, no sentido do Conselho de Ilha, sem prejuízo de refletir na sua ata todas as intervenções feitas, apresentar o seu parecer ao Governo Regional sobre o Plano e Orçamento para 2016, dando resposta ao que lhe havia sido solicitado e que esteve em análise.

Com a concordância dos Senhores Conselheiros, passou-se à votação da proposta de Plano e Orçamento para 2016, tendo-se observado o seguinte resultado: 10 (dez) votos a favor da Anteposta do Plano apresentado pelo Governo Regional dos Açores, 5 (cinco) votos contra e

1 (uma) abstenção. A proposta foi, assim, aprovada pela maioria dos membros presentes, com assento no Conselho de Ilha de São Miguel.

2.º INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente da Mesa do Conselho de Ilha, Noé Rodrigues, referiu que a nova lei reguladora dos Conselhos de Ilha exigia que houvesse um ponto de intervenção do público, pelo que o público presente podia intervir no Conselho de Ilha, pelo que questionou o público presente se tinha alguma questão a colocar, e que, não havendo questões a colocar se passaria à verificação do registo das presenças, trabalho da mesa agendado para o final da reunião para acautelar algum atraso por parte dos senhores Conselheiros, uma vez que a reunião se realizava no concelho do Nordeste.

No prosseguimento da sua alocução, referiu que a Mesa tinha feito a preparação da convocatória do Conselho de Ilha, esperando que um dos membros enviasse alguns comentários, que acabaram por não chegar, apesar de ser obrigatório reunir o Conselho de Ilha no mês de outubro. Explicou que, aquando da reunião para preparação da convocatória da presente reunião, não foi possível arranjar outra data para a sua realização, em razão da antecedência com que a convocatória devia ser feita. Salientou ainda que a Mesa não tinha sido alertada para o facto da Assembleia Legislativa Regional reunir, nesta altura do mês, assim impedindo que os senhores deputados da ilha de São Miguel estivessem presentes nesta reunião do Conselho de Ilha, sendo certo que uma grande parte dos senhores deputados enviou a justificação, mas que em bom rigor as suas ausências seriam, automaticamente, justificadas.

Para além disso, a Mesa tinha recebido algumas justificações de faltas dos senhores Conselheiros e, também, do Conselheiro e membro da Mesa, Jorge Rita, porque estava em Vila Franca numa iniciativa do setor agrícola. A propósito da iniciativa que chamou a Vila Franca do Campo o referido membro da Mesa, referiu-se à questão das variações da produção do leite, salientou para a capacidade que as estruturas produtivas de leite teriam que ter para se adaptarem com rapidez às circunstâncias do mercado. Acrescentou que a grande maioria das nossas explorações tinha capacidade de gestão nas oportunidades e nos constrangimentos, o que não se verificava há uns tempos atrás, pelo que registava tal fato com satisfação. Salientou, também, o facto de ter ouvido, há dias, uma notícia na comunicação social, relativamente ao laboratório de classificação de leite, menosprezando o seu valor e importância por falta de acreditação, sem se fazer qualquer referência aos laboratórios de leite que existiam pelo país e pela Europa, sendo, muitas vezes, publicadas notícias que davam uma imagem negativa dos Açores e da sua principal produção, que é essencial e estruturante para toda a atividade

económica da Região. Sublinhou que tais notícias, sem qualquer referência comparativa, eram prejudiciais ao setor, e que a liberdade de expressão, que muito prezava, deveria prevalecer mas com responsabilidade, sem contudo deixar de considerar a necessidade de se fazerem melhoramentos nos laboratórios de classificação de leite, nomeadamente investindo na modernização do equipamento e estruturas.

Posteriormente, o senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, Ricardo Rodrigues, interveio, dizendo que seria bom identificar todos os Conselheiros que não tinham recebido a convocatória, porque tinha tido conhecimento que alguns deles não tinham recebido.

O Presidente do Conselho de Ilha, Noé Rodrigues, referiu que a convocatória tinha sido publicada na Comunicação Social e que tinha sido fornecido aos serviços da Câmara Municipal do Nordeste os endereços eletrónicos dos Senhores Conselheiros, de acordo com os elementos que os mesmos forneceram.

Seguidamente, o senhor Presidente da Câmara Municipal de Nordeste, Carlos Mendonça, disse que, sendo a primeira vez que o Conselho de Ilha reunia no concelho do Nordeste, a autarquia convidava todos os senhores Conselheiros para um almoço no Nordeste.

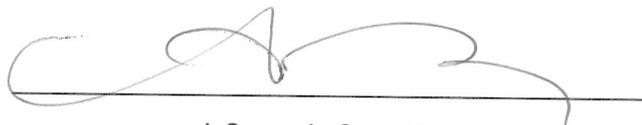
Para terminar, o senhor Presidente do Conselho de Ilha, Noé Rodrigues, agradeceu o convite do senhor Presidente da Câmara de Nordeste e nada mais havendo a tratar, foi a reunião dada por encerrada, da qual, para constar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai pelos membros da Mesa ser assinada.



O Presidente



A Primeira Secretária



A Segunda Secretária

PARECER À ANTEPROPOSTA DO PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2016

2016 será o último ano do mandato do XI Governo Regional dos Açores. Ao entrarmos para a última fase do quadriénio que marcou a ação do atual elenco governo, há que fazer uma retrospectiva às políticas implementadas.

Nos últimos tempos temos que reconhecer que o desemprego está a diminuir, tendo-se situado na ordem dos 11,3% no final do 2º trimestre de 2015, e que alguns setores da atividade económica estão a melhorar, em particular na área de serviços, concretamente na área do turismo. Falta ao Governo uma referência estratégica e agilização para uma política promocional efetiva de reconhecimento da oferta de alojamento turístico local e de requalificação dos serviços de acolhimento.

Outro indicador importante diz respeito à venda de novos automóveis que registou um número recorde nos últimos dois anos (950) no 2º trimestre de 2015.

No entanto, e apesar destes indicadores positivos, existem problemas conjunturais que urgem ser resolvidos, e isso é visível no Produto Interno Bruto da região, que representa apenas 2,16% do total do país e que teima em não se aproximar do PIB per capita de Portugal (em 2013 estava com um índice de 72 quando comparados com os 28 estados membros).

Preocupante é também um dos setores preponderantes da nossa economia, nomeadamente o setor primário, onde a quantidade de litros de leite entregue em fábricas tem diminuindo em 2015 para números semelhantes aos de 2013 (cerca de 140 milhões de litros), refletindo-se depois na diminuição da produção dos derivados do leite, nomeadamente manteiga e queijo (decréscimo de quase 1000 toneladas em 2015 face ao último trimestre de 2014).

Outro dado alarmante diz respeito à venda de cimento que vem diminuindo significativamente nos últimos oito trimestres, passando de um valor de 36.000 toneladas em setembro de 2013 para 24.000 toneladas em junho de 2015.

Com todos estes dados, esperava-se que o Governo Regional que apresentasse um Plano Regional que colocasse os Açores na rota crescente económica, aproveitando o fenómeno do turismo para empurrar outros setores da atividade, vitais para a economia regional, como o setor primário e secundário.

Em vez disso, constata-se que o Plano continua a ser mais do mesmo, ou seja, não irá desenvolver a região como deveria ser o seu objetivo.

A situação social da população, onde o rendimento social de inserção atinge níveis recorde no território nacional e os constantes pedidos de ajuda que chegam diariamente às instituições particulares de solidariedade social, são dados mais que suficientes que indicam que a nossa sociedade está debilitada.

A começar pela ilha de São Miguel, que representa cerca de 55% da população da região. Não há dúvida que somos o motor da economia da região, mas é também aqui na nossa ilha que mais sentimos os problemas sociais, em particular da população desempregada.



Apesar do Emprego, Competitividade e Gestão Pública representar cerca de 180 milhões de euros no Plano de 2016, acreditamos que só isso não é suficiente para se atenuar o flagelo do desemprego.

É que este elenco governativo apenas tem se preocupado em adiar o problema do desemprego estrutural, adotando medidas pontuais para atenuar o número de desempregados na região. Isso é visível pelos vários programas de emprego que são criados e que, apesar de significarem um desafogo e uma almofada financeira a quem pouco tem, não irá mudar o problema, ou seja, o problema estrutural do desemprego deve ser combatido a montante, criando-se verdadeiras oportunidades de emprego para as empresas e estas sim criarem os seus empregos.

No que diz respeito em específico para a ilha de São Miguel, de um total previsto de investimentos no valor 782 milhões de euros para a região, apenas cerca de 271 milhões de euros são para a nossa ilha, ou seja 34% do investimento.

No nosso entender os investimentos ficam muito aquém do esperado, porque se atendermos que São Miguel representa 55% da população dos Açores, merecíamos muito mais investimentos em 2016. Para além disso, e numa análise mais detalhada, chegamos à conclusão que efetivamente apenas vão ser investidos cerca de 65 milhões de euros, visto que a diferença entre os 271 milhões anunciados e os 65 milhões dizem respeito a dar cobertura orçamental a despesa já executada, razão pela qual nada acrescentarão em termos de benefício social ou económico.

Quanto aos projetos estruturantes anunciados no plano, merece destaque pela positiva as intervenções nas escolas Gaspar Frutuoso, Canto da Maia e EBI de Rabo de Peixe, bem como a ampliação do molhe no porto da Ribeira Quente e o acesso ao porto de pescas em Vila Franca do Campo.

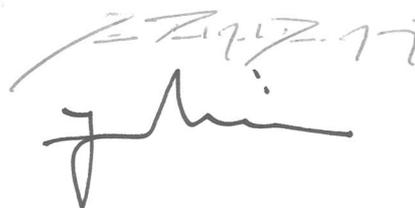
Pelo contrário, destaca-se pela negativa a insuficiência de estratégia e investimento para a infraestrutura do porto de Ponta Delgada, essencial à economia de São Miguel e dos Açores.

É também notório a falta de verbas para as intervenções na escola EBI da Lagoa (escola do Fisher), a proteção da orla marítima na costa norte da ilha, a requalificação do porto de Santa Iria, a variante a Ponta Garça e às Capelas, a nova escola da Povoação e a requalificação da rede viária regional entre as freguesias do Nordeste.

Por isso e atendendo a que esta anteproposta de Plano Anual Regional fica, em nosso entender, aquém do que a débil situação socio-económica da ilha de São Miguel necessita e de que as suas gentes ambicionam, somos de parecer desfavorável ao documento em análise.

As prioridades deverão ser o combate ao desemprego, com especial enfoque no reforço ao tecido empresarial local, como forma de se criar riqueza e mais emprego, sem nunca esquecer o combate à pobreza e a quem está a passar dificuldades.



A Primeira Secretária do Conselho de Ilha de São Miguel
Albertina Maria Costa Oliveira

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	3233 Proc. n.º 102
Data:	015/11/18 N.º 64/ X